

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM ANGOLA: O CASO DA ANGOLANIDADE RELIGIOSA

The construction of the nation-state in Angola: the case of religious angolanity

Adriano dos Santos

Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola

Resumo

Antes da chegada dos portugueses, o território que hoje se chama Angola foi habitado por diferentes povos que construíram Estados, sendo os mais conhecidos foram o Kongo, Ndongo, Wíla, Humbe, o império Lunda e a Confederação dos Estados Ovimbundu. Atribui-se aos portugueses a desorganização e destruição destes Estados, pois os Estados africanos não resistiram aos longos anos de tráfico de escravos e de colonização. Após a Conferência de Berlim os portugueses designaram todos os territórios conquistados a Sul do Estado Kongo de Angola. Na luta de libertação nacional que se seguiu, os povos enveredaram por nacionalismo territorial, pelo que, mantiveram as fronteiras herdadas do colonialismo logo após a independência, pretendendo constituir-se em Estado-nação. A construção do Estado-nação em Angola é um processo que percorre um longo caminho. Refere-se que, a religião tomou a dianteira nessa construção, pois na luta anticolonial um grupo de religiosos encabeçados pelo profeta Simão Gonçalves Toco resistiram contra o evangelho de colonização criando os alicerces da identidade religiosa angolana descrita aqui por angolanimidade religiosa. O estudo procura responder a questão: Em que se baseia a construção da angolanimidade religiosa? O objectivo do texto foi analisar as bases para construção da angolanimidade religiosa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo procedimento técnico é a pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa nos permitem inferir que as bases da angolanimidade religiosa ajustam-se no projecto gizado por Simão Gonçalves Toco que conseguiu unir os povos de Angola sobre uma única religião, sem distinção, partilhou os elementos culturais dos quatro espaços sócio-culturais de Angola criando uma religião onde todos se sentem em casa. Conclui-se que as bases para a construção da angolanimidade religiosa assentam na partilha de traços culturais que colocou as diferentes culturas em diálogo permanente, criando desta feita, a cultura tocoísta, fundamento da angolanimidade religiosa.

Palavras-chave: Simão Gonçalves Toco. Nacionalismo religioso. Estado-nação. Angola. Tocoísmo.

Abstract

Before the arrival of the Portuguese, the territory that is now called Angola was inhabited by different peoples who built States, the best known being Kongo, Ndongo, Wíla, Humbe, the Lunda empire and the confederation of Ovimbundu States. The disorganization and destruction of these States is attributed to the Portuguese, as the African States did not resist the long years of slave trade and colonization. After the Berlin Conference, the Portuguese designated all the territories conquered in the south of the Kongo State of Angola. In the national liberation struggle that followed, the peoples embraced territorial nationalism, which is why they maintained the borders inherited from colonialism shortly after independence, intending to constitute themselves as a nation-state. Building the nation-state in Angola is a process that goes a long way. It is noted that religion took the lead in this construction, as in the anti-colonial struggle a group of religious leaders headed by the prophet Simão Gonçalves Toco resisted the gospel of colonization, creating the foundations of the Angolan religious identity described here by Angolanidade Religiosa. The study seeks to answer the question _ On what basis is the construction of religious Angolanity? The objective of the text was to analyze the foundations for the construction of religious Angolanity. This is a qualitative research, whose technical procedure is bibliographical research. The research results allow us to infer that the bases of religious Angolanity fit into the project designed by Simão Gonçalves Toco, which managed to unite the people of Angola under a single religion, without distinction, shared the cultural elements of the four socio-cultural spaces of Angola creating a religion where everyone feels at home. It is concluded that the foundations for the construction of Religious Angolanity are based on the sharing of cultural traits that put different cultures in permanent dialogue, thus creating the Tocoist culture, the foundation of Religious Angolanity.

Keywords: Simão Gonçalves Toco. Religious nationalism. Nation-state. Angola. Tocoism.

INTRODUÇÃO

A linha evolutiva do Estado (se tiver como mote o caso europeu) situa-se da Cidade-Estado da Antiguidade, ao Estado-nação da Época Contemporânea. Essa última resulta do sistema de ideias políticas advindas do nacionalismo exacerbado típico da Época Contemporânea. O nacionalismo defende a autodeterminação de todas as nações. Inicialmente a ideia de nacionalismo foi defendida na Europa e posteriormente assimilada pelos povos colonizados, das suas balizas nasce o nacionalismo por meio da fé, também cunhada por nacionalismo religioso, esta manifestação tomou as rédeas do Pan-africanismo que se desenvolveu em toda África subsariana.

Em Angola, por exemplo, o nacionalismo religioso encontra no Tocoísmo o seu máximo expoente, que nesse trabalho cognominá-lo por «Angolanidade Religiosa».

A temática sobre a angolanidade religiosa na construção do Estado-nação em Angola procede de múltiplas leituras das historiografias produzidas sobre o fenómeno, assim este estudo é norteado pela seguinte questão: Em que se baseia a construção da angolanidade religiosa? O objectivo do presente artigo é analisar as bases que canalizam a construção da angolanidade religiosa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com procedimento técnico de pesquisa bibliográfica.

Os tópicos de abordagens centram-se, em primeiro lugar, na construção do Estado-nação em Angola e, em segundo lugar, na angolanidade religiosa.

ESTADO-NACÃO EM ANGOLA

O território que actualmente se chama Angola, antes foi habitado por vários povos que, com o passar do tempo construíram várias nações e, formaram Estados. Cada Estadotinha as suas leis e formas peculiares de administração do território, mantinham relações diplomáticas entre si. Dentre estes Estados destacavam-se o Estado Kongo, Ndongo, Lunda, Wíla, Humbe e a confederação dos Estados Ovimbundu, Malumbu (2005) descreve que, esta confederação era constituída por 22 Estados.

A institucionalização da escravatura e da colonização pelo ocidente europeu desorganizou os Estados africanos e impediu a marcha dos Estados em via de formação, uma vez que, o período que se seguiu a Conferência de Berlim assistiu-se a repartilha de África ao

gosto das potências colonizadoras. Silva (2014) descreve que as fronteiras actuais do Estado angolano foram herdadas da colonização, produto de vários acordos entre Portugal, França, Bélgica, Inglaterra, Alemanha e posteriormente a África do Sul.

Assim é possível discorrer que os limites fronteiriços do território de Angola é uma construção europeia que ignorou por completo as fronteiras naturais, então existentes. Davidson (1978) considera que, foram desrespeitadas as realidades sociológicas dos povos de África, assim os Estados africanos fragmentaram-se, e os seus territórios ocupados.

Com esses acordos vários povos ficaram divididos. No caso concreto de Angola, os Bakongo ficaram entre os dois Congos e Angola, pondo fim a unidade do Estado do Kongo. Os Lunda, Baluba e os Cokwe ficaram divididos entre Congo-Belga, Zâmbia e Angola. Os Ovambo e os Helelo ficaram entre os territórios coloniais de Angola e da Namíbia (SILVA, 2014).

Os estudos José Redinha identificaram que em Angola coabitam 11 grupos etnolinguísticos, abaixo descritos com ligeiras adaptações na grafia:

- 1- Grupo etnolinguístico Kikongo, onde se inscrevem os povos: Vili, Yombe, Oyo, Sorongu, Soso, Zombo, Yaka, Suku, Mpombo, Lwangu, Ngene, Paka, Bata, Koge, Nsundi.
- 2- Kimbundu, com povos: Ambundu, Luanda ou Axiluanda, Hungu, Lwangu, Ntemo, Puna, Dembo, Ngola ou Jinga, Bondo, Bangala, Holo, Khari, Xinge Songo, Bambeiro, Kisama, Kibala, Libolo, Hako, Sende.
- 3- Lunda-côkwe, com povos: Lunda, Lunda-lua-Cinde, Lunda-Ndembo, Côkwe, Matapa.
- 4- Umbundu, com povos: Bieno, Bailundu, Sele, Sumbe ou Mpinda, Mbui, Kisange, Lumbu Ndombe, Hanha, Huambu, Sambo, Kakonda, Cikuma, Kiaka, Kalange.
- 5- Ngagela, com povos: Lwena, Luvale, Luchaz, Mbunda, Ngagela, Ambwela-Mambumba, Engojeiro, Ngoniolo, Mbande, Kangla, Yahuma, Lwio, Nkoya, Kamuci, Ndungo, Nyengo, Nyenda, Aviko.
- 6- Nyaneka-Humbi, com povos: Mwuila, Gambo, Humbe, Dongena, Hinda, Kwankwa, Handa (Mupa), Handa, Kipungu, Kilenge-Muso.
- 7- Herero, com povos: Dimba, Cimba, Cavikwa, Kwanyoka, Kuvale, Gendelengo.
- 8- Ambó, com povos: Vale, Kagima, Kwanyama, Kwamato, Dombondola, Kwangar
- 9- Xindonga: Kuso, Diliko, Sambio, Maxico.
- 10- Hotentote – Bochimane, com povos: Bochimane, Kazama, Kede.
- 11- Vâtwa, com povos: Kwisi e Kwepe (REDINHA, 1975 *apud* SOUSA, 2012, p. 29).

As fronteiras estabelecidas pela colonização definiram um território geográfico que actualmente no mapa-mundo se estende entre os 5 e os 18 graus de latitude Sul, e entre os 12 e 24 graus de longitude a Leste do Meridiano de Greenwich num espaço de 1.246.700 km² foi este espaço territorial que os portugueses designaram de Angola (WHEELER; PELISSIER, 2011).

O nome Angola deriva de *Ngola* (*Jingola*, no plural) tratava-se de uma insignia que emergiu entre os *Mbundu*¹ associada ao poder (MILLER, 1995).

O termo *Ngola* aparece ligado a uma figura de ferro que se colocava no leito dos rios, uma vez que se tinha crenças que estas figuras estavam investidas de poder para interceder junto das divindades que regulavam o clima (JÚLIO, 2004).

Segundo Eduardo André Muaca os portugueses transformaram o termo, de *Ngola* para Angola, o autor considera que “na língua portuguesa e em quase todas as línguas latinas não há palavras que começam por N ou M seguido de outra consoante”, por essa razão antepuseram a vogal A + *Ngola* = Angola (MUACA, 2001, p. 15).

Desta sorte, todos os territórios conquistados pelos portugueses situados a Sul do Estado Kongo foram designando de Angola (CARVALHO, 2008; COELHO, 2010).

Os diferentes Estados agregados sob uma nova designação, Angola, criaram laços e perceberam que tinham um inimigo em comum, o colonialismo português. Foi nesse clima que Ngola Kiluanje, então soberano do Estado Ndongo, toma a iniciativa de desencadear a resistência armada contra a presença portuguesa em seu território e para o sucesso da missão chamou a si o apoio de Estados vizinhos, designadamente, Estado Kongo, as povoações da Matamba e dos Ndembu. Essa união ficou conhecida por “Primeira Coligação dos Estados do Kwanza”. Acto contínuo fora protagonizada pela Rainha Njinga Mbande que assumiu o poder após a morte do pai (Ngola Kiluanje), esta por sua vez formou a “Segunda Coligação dos Estados do Kwanza” pelo que juntou ao Estado Ndongo o Estado Kongo, Kassanje, Viye e Ndembu (KAMABAYA, 2014).

Davidson (1978) argumenta que as resistências africanas terminaram em 1920 ou até um pouco mais tarde em algumas colónias. Em face de derrota no plano militar, seguiu-se o período central da colonização que começa em 1920 e se entende até a década de 1950, nesse período ganha corpo modernas formas de resistências africanas, tratam-se das armas de organização política, é a emergência do nacionalismo africano, defendida inicialmente

¹ Povos que se expressam na língua Kimbundu, antigos habitantes do Estado Ndongo.

por uma minoria educada, mas que foi ganhando corpo e progrediu rapidamente em quase todas as colónias, sobretudo depois da segunda guerra mundial.

Em Angola, os povos independentemente da sua história, cultura ou religião uniram-se contra o mesmo agressor naquilo que ficou inveterado por nacionalismo territorial.

O nacionalismo territorial começa a partir do momento em que os angolanos em geral, independentemente da sua raça ou grupo étnico, começaram a protestar e a resistir de um modo colectivo, ultrapassando as diferenças de raça e cultura e identificando-se com Angola como um todo e não com regiões particulares, como Ambaca, Benguela ou o Congo. (WHEELER; PELISSIER, 2013, p. 138).

Os esforços contra o poder colonial culminaram com a proclamação da independência de Angola a 11 de Novembro de 1975, dando origem a um Estado formado por várias nações. Savelle (1990) considera que, quando um Estado comporta várias nações é designado por Estado integral, que se caracteriza por possuir um corpo político colectivo com o qual o indivíduo mantém relação, este corpo político tem o poder final de decisão em todos os assuntos.

A evolução do Estado integral para o Estado-nação é um processo de longa duração. Na Europa, Roma foi um caso destes, onde no período do feudalismo o Estado integral ganhou corpo e evoluiu para Estado-nação (SAVELLE, 1990).

Em Angola as diferentes nações que convergiram na luta de libertação nacional, actualmente não formam Estado-nação, assim o governo que dirige os destinos do Estado desenhou o lema “de Cabinda ao Cunene um só povo e uma só nação²”. Esse lema visa forjar o nascimento de um Estado-nação em Angola.

Para Savelle (1990), Estado-nação é aquele dotado por uma espécie de elo psicológico de unidade e lealdade mútua entre os cidadãos, naquilo que Paulo de Carvalho (2008, p. 66) chama de “consciência nacional”.

O Estado é assim uma unidade política e a nação é uma unidade sócio-psicológica, um Estado que também é uma nação chama-se Estado-nação (FINER, 2003).

O Estado angolano agrega várias nações, se tiver em conta a classificação de José Redinha pode-se deduzir que existem mais de 11 nações em Angola. O principal critério para

² Cabinda é a província que geograficamente se situa mais ao Norte de Angola e Cunene é a província que se situa mais a Sul de Angola.

tal distinção é a língua falada, deste modo, Manuel Alegre considera que “pela mediação da poesia os poetas fundaram os povos, e os povos fundaram a língua e a língua fundou as nações” (ALEGRE, 2003 *apud* MOREIRA e PIMENTA, 2006, p. 10).

Ruy Duarte de Carvalho assegura que o Estado precede a nação, no caso de Angola não é diferente é o Estado a construir a nação a partir da edificação de uma história comum, consciência, cultura nacional como mecanismo de execução (CARVALHO, 1989 *apud* BATSÍKAMA, 2016).

O projecto da construção do Estado-nação em Angola tem conhecido várias ingerências, nesse sentido Paulo de Carvalho considera que a angolanidade (ou a ideia de identidade angolana) começou a ser forjada a partir do momento em que os povos que habitam o território designado Angola, se uniram contra o mesmo opressor, o colonialismo português, porém o nacionalismo anti-colonial não possibilitou a criação de uma nação em Angola, pois ainda não está consolidada a consciência nacional, as balisas para a existência da nação angolana consubstânciam-se no seguinte: a dignificação do angolano comum; o eliminar de assimetrias na relação do indivíduo com o Estado; uma mais justa distribuição do rendimento nacional; um maior investimento no acesso ao conhecimento (CARVALHO, 2008).

Por seu turno Kajibanga (2010), aponta como razões que interferem na construção do Estado-nação em Angola: a inexistência de uma cultura nacional partilhada por todas as etnias; a exclusão social; a marginalização da cultura de muitas comunidades; politização das especificidades culturais.

Arlindo Barbeitos opina que, para a construção do Estado-nação em Angola primeiro deve-se olhar para a sociedade civil como potencial auxiliador na realização do projecto, e segundo para a cultura como uma riqueza partilhada (BARBEITOS, 2007).

Nessa senda Caley (2005), chama atenção no sentido de os africanos não se guiarem pelos mesmos procedimentos engendrados no continente europeu que privilegiou uma etnia nuclear fundamentando a ideia de povo escolhido para a construção da nação.

As várias nações que habitam o território de Angola criaram zonas de afinidades designadas pelo padre Altuna por espaços socioculturais de Angola, o autor identificou quatro áreas, designadamente, espaço sociocultural Khoisan ou Hotentote-Bochimane, Vâtwa ou pré-Bantu, Bantu e o espaço resultante do contacto com a cultura portuguesa (ALTUNA, 2006).

Caley (2005) considera que, o último espaço sociocultural lidera o processo da construção da nação, nesse sentido o autor demonstra as mesmas preocupações levantadas por Victor Kajibanga consubstanciado na subalternização dos conhecimentos endógenos, onde as línguas nacionais têm sido relegadas em segundo plano.

Sobre a valorização das línguas nacionais Fonseca (2012) considera que, a nata do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que administra Angola foi cultivada a partir da ideologia e da literatura marxista-leninista e no período póstumo a independência em 1975, não cultivaram uma relação crítica e de oposição à língua portuguesa, uma vez que a encaravam como a língua que apadrinhava a interação entre todos os angolanos. A língua portuguesa foi valorizada em prejuízo das línguas nacionais. A língua portuguesa foi acomodada pelos líderes independentistas angolanos como a língua oficial do novo Estado em 1975, daí que se constata que esta língua convive com as demais línguas nacionais e em muitas ocasiões sobrepondo-as.

Ao ser assim, marca-se um recuo num dos principais temas da construção da angolanidade na base da multiculturalidade, como deixou inveterada Mário Pinto de Andrade “a angolanidade requer enraizamento cultural totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direção à nação” (ANDRADE, 1962 *apud* KAJIBANGA, 2009, p. 190).

ANGOLANIDADE RELIGIOSA

A ideia de angolanidade surge num clima socialmente tenso, por volta de 1959, porém o corpo teórico da conjectura surge em 1962 e coube a Mário Pinto de Andrade a fundamentação sistemática dentro do panorama sociológico. A substância da angolanidade reside na definição de uma cultura nacional angolana em oposição da cultura portuguesa (KAJIBANGA, 2009).

Para Caley (2005), o tronco comum desta identificação adveio da luta comum de vários grupos étnicos que derrotaram o opressor e criaram o Estado soberano em 1975. Para construção de uma identidade nacional angolana, o autor aponta como caminho o processo social, económico e político para qual devem confluir todos os esforços dos angolanos sem excepção. Pois, o território que hoje se chama Angola é resultado de uma fusão no tempo, das diversas identidades. Entretanto, o autor reconhece que, para a objectivação da

identidade nacional, ainda há que percorrer um caminho longo, nesse sentido destacaque, hoje já é possível identificarmos a angolanidade pela literatura e pela música.

Consideramos que é possível também identificar a angolanidade no domínio da religião, apelada aqui por Angolanidade Religiosa, talvez seja, a expressão mais avançada na construção da angolanidade, uma vez que, ela partilha a cultural das nações de Angola, está inserida seio das comunidades humanas, convivendo, abarcando e ultrapassando os particularismos das culturas locais dialogando com as diferentes etnias, balisas para a construção do Estado-nação em Angola, tal como sugeriu Mário Pinto de Andrade (KAJIBANGA, 2009). Aliás o próprio Mário Pinto de Andrade reconheceu que o Tocoísmo apresenta-se na linha da frente entre as várias tendências do nacionalismo angolano (ANDRADE, 1962, *apud* KUNZICA, 2015, p. 48).

Assim na dianteira da construção da identidade religiosa angolana encontra-se o Tocoísmo que se constitui hoje na expressão mais alta da angolanidade. Tal como considera Ambrósio (2011), em quase todas as sociedades a religião esteve sempre ligada ao Estado, aqui o autor levanta a hipótese da origem do Estado estar na origem da religião.

Quando analisamos as diferentes épocas da história dos diferentes povos sentimos que a religião é inseparável do Estado. Nesta linha de pensamento Fukuyama (2018), argumenta que houve fases da história em que a religião tornou-se um Estado, e noutras épocas o Estado tornou-se religião.

No processo das independências africanas o nacionalismo político cedeu lugar ao nacionalismo religioso, aparecendo sobre a forma de sincretismo religioso, profetismo e milenarismo. Assim, os historiadores que redigiram a História Geral da África pela UNESCO, consideram o papel determinante que a religião jogou para a libertação da África contra o jugo colonial (BOAHEN, 1985).

Em Angola o papel do Tocoísmo foi preponderante, trata-se de um movimento religioso fundado por Simão Gonçalves Toco, que nasceu a 24 de fevereiro de 1918 na localidade de Ntaya, Município de Maquela do Zombo (Angola), teve a sua instrução primária na Sociedade Missionária Baptista de Kibokolo (Angola), seguiu para Luanda em 1933 onde frequentou o liceu, tendo concluído em 1936 o 1º ciclo do liceu, na sua passagem por Luanda frequentou a Igreja Metodista (SANTOS, 1972; HENDERSON, 2001).

Terminada que estava o ensino liceal regressou em 1937 para Kibokolo, porém em 1943 partiu para Leopoldville / Kinshasa onde em 1949 funda a primeira “igreja nacional

angolana”, cujo acontecimento decisivo teve lugar em 1949 no dia 25 de Julho, quando Simão Gonçalves Toco rezava em sua casa com mais 36 companheiros, nesse dia a meio da noite ouviram um barulho de vento e os presentes falavam em línguas estranhas, esse acto foi tomado como a vinda do Espírito Santo em África é o ponto de partida do Tocoísmo enquanto movimento religioso (HENDERSON, 2001).

Almeida (2004, p.116) assegura que, “o Tocoísmo emergiu como uma entidade político-social de pretexto quer como um movimento de aculturação e defensor dos valores tradicionais africano, defendia o anti-colonialismo e a negritude da igreja”.

Quibeta (2002) remete a religiosidade de Simão Gonçalves Toco ao ano de 1935, pois neste ano quando eram passados 17 dias do quarto mês, Simão Gonçalves Toco afirma que teve um encontro com Deus na localidade de Catete, onde hoje os Tocoísta construíram um santuário, objecto de peregrinação todos os anos nos dias 17 de abril, para comemorar a Teofania aos Tocoístas.

Este acontecimento marca a visão Crística em Simão Gonçalves Toco, ultrapassando as barreiras tribais e clânicas, lança os fundamentos e as pedras da nação moderna angolana, através da missão evangélica, enquanto Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi (líderes dos movimentos de libertação nacional), o fizeram por intermédio das armas, Simão Gonçalves Toco o fez pela via da evangelização, pregando a solidariedade e o progresso autónomo de África e dos negros de forma geral, aqui Simão Gonçalves Toco se afirma como um verdadeiro Pan-africanista deixando claro que Deus era para todos, mas a África é para os africanos (SANTOS, 2019).

Na visão crística de Simão Gonçalves Toco assenta a Angolanidade Religiosa, pois ele é o fundador do clero nacional angolano. Segundo os estudos de Blanes (2018) o número de fiéis tocoístas em Angola só é superado pela Igreja Católica.

Quanto a doutrina Tocoísta Henderson (2001) considera de difícil definição, por ser um sincretismo de elementos baptistas, de conceitos retirados dos livros das Testemunhas de Jeová, de inspiração Kimbanguista e de elementos da religião tradicional africana.

Porém, realça-se que a Angolanidade Religiosa através do Tocoísmo encontra no sincretismo religioso a sua forma de construção, contudo é na partilha onde reside a sua afirmação no âmago da construção de um clero nacional. Nota-se que do ponto de vista cultural, Angola é uma casa cujo mosaico é constituído por várias nações, portanto existem várias culturas envolvidas na construção do Estado-nação em Angola. O Tocoísmo do ponto

de vista religioso, na opinião de Santos (2022), agregou várias nações de Angola por meio da interação simbólica envolvendo pessoas de diferentes estratos, esse processo de interação social culminou com a criação da moldura religiosa nacional.

Olhando para os feitos do Tocoísmo na sociedade angolana, consideramos alguns elementos fundamentais, de partilha para a afirmação da angolanidade religiosa:

Consideramos o facto de os Tocoístas se trajarem habitualmente de branco e rejeitarem a cor preta, esta forma de pensamento encontra resposta dentro da cosmogonia Kongo. Como considerou Mbokolo (2012) no Estado Kongo havia a crença no antagonismo das cores, sendo que a cor preta representava os seres vivos, portanto a cor da vida e desse mundo, e a cor branca que representava à morte referindo-se aos antepassados e ao mundo invisível.

Aqui a questão é por que os Tocoístas se vestem habitualmente de branco, sendo o branco a cor que representa a morte? Engelbert Mveng explica que sendo a cor branca a cor dos mortos, o seu significado ritual é a morte da morte. A cor branca serve de polo de repulsão da morte, à maneira da lei da física, segundo a qual dois polos da mesma electricidade se repelem (SANTOS, 1972).

Essa construção também encontra explicação a partir de textos bíblicos como se lê na epístola de apóstolo Paulo aos Romanos 6: 8-9 “Ora, se já morremos com Cristo cremos que também com ele viveremos; Sabemos que havendo Cristo ressuscitado dos mortos, já não morre; a morte não mais terá domínio sobre ele.”

Nesses dois versículos bíblicos podemos encontrar a explicação do uso da cor branca e, o não uso da cor preta, isso dentro de uma aproximação entre as duas culturas (bíblica e bantu). Porém, se na tradição kongo o preto é cor dos vivos, então quem morre com Cristo já não deve usar a cor dos vivos, pois está morto para os homens e vive para Deus. A este respeito Simão Toco compôs a seguinte estrofe:

Antes a morte em batalha de Cristo,
Que na lama covarde morrer;
Derramar o nosso sangue por Cristo,
E no sangue de Cristo vencer.

O Tocoísmo nasceu com o fundamento da descida do Espírito Santo em África. Portanto, o Espírito Santo é um elemento da doutrina cristã. Mas, a própria religião

tradicional africana distingue dois aspectos da realidade: aquilo que é visível, físico, material, e aquilo que é invisível e espiritual (BOAHEN, 1985). Rudolf Otto considera que no cristianismo um dos fortes combates que o apóstolo Paulo teve foi entre a carne e o espírito (OTTO, 2005).

Na hierarquia social do Kongo, os *Kitome* representavam os sacerdotes supremos dos cultos dos espíritos da terra e um dos tabus que estes sacerdotes observavam era não comer a carne de porco (GROMIKO, 1987).

Porém, os preceitos Tocoístas também proíbem o consumo da carne de porco, para tal sustentam com bases bíblicas segundo o livro de Levítico 11:7 “também o porco, porque tem unhas fendidas, e a fenda das unhas divide em duas, mas não remoí; este vos será imundo.”

Para além dos *Kitome*, o Reino do Kongo viu nascer várias espécies de sacerdotes, designadamente, os *nganga atombola* (que impediam malefícios entre os vivos), os *nkadi mpemba* (ligados aos espíritos demoníacos). Aqui se nota, que as próprias sociedades africanas reconheciam duas espécies de espíritos, do bem e do mal.

A religiosidade africana é marcada pela crença nos espíritos. Nesse sentido Gromiko (1987), assegura que muitos africanos creem que os espíritos podem encarnar-se nas pessoas por eles escolhidas e daí ocorrem transes, considerados como “sinais divinos”.

Essa vocação da cultura africana não foi colocada de parte na construção da doutrina Tocoísta, aliás, figura-se também como um traço da cultura cristã. A esse respeito Eduardo dos Santos escreveu que no cerimonial tocoísta, “ocorrem muitas vezes transes, interpretados como vinda do Espírito Santo” (SANTOS, 1972, p. 418).

Sobre o assunto Rui Llera Blanes acrescenta que a igreja Tocoísta estabeleceu progressivamente um corpo interno de vatecinadores também conhecidos por vates (ou seja, videntes) são pessoas tocadas pelo espírito e que colocam o seu dom ao serviço da igreja, por outras palavras, aliando ao cristianismo, são pessoas que receberam o dom da profecia, revelando coisas que o ser humano não pode ver (BLANES, 2018).

Com o Tocoísmo, muitas necessidades religiosas dos africanos foram satisfeitas, apontamos o exemplo de profecias e de visões, pois há crença que Deus revela o futuro e as causas do infortúnio por meio de visões, essas crenças estão enraizadas na cultura africana e o Tocoísmo não as rebaixou.

Outro exemplo de partilha de traços culturais é o pagamento do dízimo. Em Mbôngi'a ñgíndu, Patrício Batíkama observa que no Reino do Kongo a produção tinha um carácter colectivo, ou seja, o camponês era obrigado a pagar 1/10 do valor da sua produção às autoridades (BATÍKAMA, 2019).

Porém, a Bíblia Sagrada contém vários versículos que incentivam a dar o dízimo, por exemplo, o livro de Deuterónimo 14:22 diz o seguinte: “Separem o dízimo de tudo o que a terra produzir anualmente.”

O Tocoísmo não só retomou aspectos voltados a religião, mas também as línguas nacionais, nesse sentido as línguas nacionais têm sido preservadas pelo incentivo por parte dos Tocoístas da produção de hinos, orações e pregações em línguas nacionais. Contudo, não há alguma obrigação em apelar o nome de Deus numa única visão, por exemplo, Jeová, *Eloim*, ou *Alah*, mas cada associado pode expressá-lo livremente em sua língua materna.

O padre Raúl Altuna afirma que, em Angola a denominação mais comum na área bantu e empregue em 24 línguas é a *Nzambi*, com estas variantes: “*Nyambe, Nyamby, Nzambe, Nzama, Njambe, Nsambi, Tshambe, Inambie, Inamdzambi, Nhambe*, e outros” (ALTUNA, 2006, p. 399). Assim no Tocoísmo pode-se dizer *Nzambi ya Mayomona*³, tal qual o ocidental diz Deus de Abraão, Deus de Moisés, Deus de Isaac, Deus de Jacob.

Na dança tocoísta denominada *Nkembo*, pode-se notar diferentes traços culturais, assim quem dança *Txianda* (expressão da cultura Leste de Angola), quem dança *Kintuene* (expressando a cultura de Cabinda) e outras danças, sente-se a vontade em bailar o *nkembo* (*nkembelar*), pois pode integrar nela elementos (toques) que compõem a sua tradição, nisto podemos afirmar que a Angolanidade Religiosa já agregou todas as nações de Angola.

A partilha a que nos referimos pode ser vista em dois ângulos, a partilha de traços culturais num dialogo constante entre as nações de Angola e a partilha de cosmovisão entre as culturas africanas e a cultura bíblica, fruto de uma religião importada da Europa, o cristianismo. Destarte, são vários exemplos que comprovam a partilha de cosmovisão entre as religiões tradicionais africanas e o cristianismo, que facilitaram a emergência do cristianismo africano, concomitantemente a construção da Angolanidade Religiosa. A partir dos exemplos aduzidos podemos afirmar que a partilha de traços culturais é o elemento que melhor explica a construção da angolanidade religiosa.

³ Deus de Mayamona. Mayamona é o apelido de Simão Gonçalves Toco.

Nesse sentido, a Angolanidade Religiosa implica uma nova visão religiosa que se situa entre as religiões tradicionais africanas (tendo em conta os africanos que habitam o espaço desde a época pré-colonial) e o cristianismo (visando a população angolana descendente de europeus que professavam a fé cristã).

Nesse sentido Henderson (2001), assegura que as culturas bíblicas e bantu partilhavam da mesma cosmovisão. Isso implica que a africanização do cristianismo que resultou no cristianismo africano foi possível tendo em conta a partilha, em muitos casos, dos mesmos traços culturais.

CONCLUSÃO

A Época Contemporânea é marcada pelo surgimento de movimentos nacionalistas que deram azo a construção dos Estados contemporâneos, desta feita, a Cidade-Estado da antiguidade, o Estado medieval, o Estado moderno cedeu lugar ao Estado contemporâneo fortemente influenciado pelo nacionalismo, assim o Estado-nação é característico da Época contemporânea.

A descolonização da África teve lugar na época contemporânea onde a corrente nacionalista foi significativa para o alcance das independências, nesse sentido, o nacionalismo religioso sobre a forma de sincretismo religioso, profetismo e milenarismo jogou a sua influência. Em Angola o nacionalismo religioso teve na figura de Simão Gonçalves Toco o seu guia condutor, e no Tocoísmo a sua forma de expressão. Assim a religião acompanhou a construção do Estado em Angola.

O projecto do governo de Angola é constituir-se em Estado-nação, nesse caminho o Tocoísmo tomou a dianteira, uma vez que, consegue congrega todos os povos, línguas e culturas de Angola numa única religião, o Tocoísmo, constituindo-se na mais alta expressão da Angolanidade Religiosa. Nesta senda, o artigo analisou as bases para construção da Angolanidade Religiosa.

Os resultados da pesquisa nos permitem inferir que as bases da angolanidade religiosa ajustam-se ao projecto gizado por Simão Gonçalves Toco que conseguiu unir os povos de Angola sobre uma única religião, sem distinção, partilhou os elementos culturais dos quatro espaços sócio-culturais de Angola criando uma religião onde todos se sentem em casa.

Conclui-se que as bases para a construção da angolanidade religiosa assentam na partilha de visões que colocou as diferentes culturas em diálogo permanente, criando desta feita, a cultura tocoísta, fundamento da Angolanidade Religiosa.

REFERÊNCIAS

AMBRÓSIO, José de Magalhães Campos. *Estado e Religião Contributo histórico à Filosofia do Estado Presente*. Minas Gerais: UFMG, 2011

ALTUNA, Raúl Ruiz. *Cultura Tradicional Bantu*. Lisboa: Paulinas editores, 2006.

BARBEITOS, Arlindo. *Sociedade, Estado: Sociedade Civil, Cidadãos e Identidade em Angola*. Luanda: UEA, 2007.

BATSÍKAMA, Patrício. *Nação, Nacionalidade e Nacionalismo em Angola*. Luanda: Mayamba, 2016.

BATSÍKAMA, Patrício. *Mbôngi'a ñgundu. Escola das Ciências Políticas no antigo Kôngo*. Luanda: Mayamba, 2019.

BENOT, Yves. *Ideologias Das Independências Africanas 2*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada Africana*. Paulinas editora (Tradução das irmãs Paulinas). São Paulo: Paulinas editores, 2004.

BOAHEN, Adu (coord.). *História Geral da África*, vol. VII. S.Paulo: Ática/UNESCO, 1985.

CALEY, Coenélío. *Contribuição para o pensamento Histórico e Sociológico Angolano (intervenções e reflexões)*. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

BLANES, Rui Llera. *Uma Trajetória Profética. Ideologias De Tempo, Lugar E Pertença Num Movimento Cristão Angolano*. Luanda: Mulemba yetu, 2018.

CARVALHO, Paulo de Estado. Nação e Etnia em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, nº 1, pp. 61-71, 2008.

COELHO, Virgílio. *Os Túmúdòngò os génios da Natureza e o Kílamba*. Luanda: Kilombelombe, 2010.

CUNHA, Silva. Aspectos dos Movimentos Associativos na África Negra Vol. II. *Junta de Estudos de Ciências Políticas e Sociais*. Lisboa: Investigação do Ultramar, Nº 23, 1959.

DAVIDSON, Basil. *À Descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

FERREIRA, Cléria de Lourdes. *O Tokoísmo como Elemento da Identidade Angolana (1950 – 1965)*. Lisboa: Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2012.

FINER, Samuel E. *História de Governos, Monarquias e Impérios Antigos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

FONSECA, Dagoberto José. As Línguas Nacionais e o Prestigioso Português em Angola. *Anais do SIELP*. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU. Disponível em: <http://www.redeangola.info/especiais/aprender-as-linguas-nacionais-exigencia-actual/> acessado em 2 de Fevereiro de 2021.

FUKUYAMA, Yoshirhiro Francis. *As origens da Ordem Política. Dos tempos pré-humanos até a revolução francesa*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018.

GASSAMA, Mikhily. *A África Responde a Sarkozy Contra o discurso de Dakar*. Lisboa: INIC, 2010.

GROMIKO, A. A., et al. *As Religiões da África Tradicionais e Sincrética*. Moscovo: Edições progresso, 1987.

HENDERSON, W. Lawrence. *A igreja em Angola um rio com varias correntes*. Luanda: editorial além-mar, 2001.

JÚLIO, Altur da Silva. *Vestígios Históricos e o povoamento do território de Angola de 1000 a 1600 D.C*. Luanda: s.e, 2004.

KAJIBANGA, Victor. Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. *Revista angolana de Sociologia*, nº 5 e 6, pp.97-105, 2010.

KAJIBANGA, Victor. Sociologias em Angola: Paradigmas clássicos e tendências actuais. *Revista angolana de sociologia*, nº 4 pp 179-224, 2009.

KAMABAYA, Moisés. *O Renascimento da Personalidade Africana*. Luanda: Mayamba, 2014.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Paris: Publicações Europa-América, 1972.

MALUNBU, Moisés. *Os Ovimbundu de Angola: Tradição - Economia e Cultura Organizativa*. Roma: Edizioni Viver, 2005.

KUNZIKA, Emanuel. *A Formação da Nação Angolana Através da Luta de Libertação*. Luanda: Plátano editora.

MILLER, Joseph Calder. *Poder Político e Parentesco. Os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

MOREIRA, Vasco & PIMENTA, Hilário. *Literatura 12ª Classe*. Luanda: Porto editora, 2006.

MUACA, Eduardo André. *Breve História da Evangelização de Angola*. Luanda: CEAST, 2001.

MBOKOLO, Elikia. *História Da África Negra. História E Civilizações Até Ao Século XVIII Tomo I*. 2 ed. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

OTTO, Rudolf. *O sagrado*. Lisboa: Edições 70, 2005.

QUIBETA, Simão Fernando. *Simão Toco o Profeta Africano em Angola*. Luanda: s.e, 2002.

SANTOS, Eduardo dos. *Movimentos Proféticos e Mágicos em Angola*. Lisboa: casa da moeda editora, 1972.

SANTOS, Adriano dos. *Contributo do Tocoísmo para o Nacionalismo Angolano (1949-1963)*. Luanda: BC Livtec Lda, 2019.

SANTOS, Adriano dos. O Tocoísmo: A Construção da Identidade Religiosa Nacional por Processos Migratórios. *Cadernos CEACIS 01*, nº 1 pp. 20-25, 2022.

SAVELLE, Max (coord). *A Civilização Atlântica História da Civilização Mundial (Vol. II)*. Belo Horizonte: Villa Rica Editora, 1990.

SILVA, Sónia C. dos Santos. *A Conferência de Berlim. Uma visão contemporânea dos problemas de interpretação*. Luanda: Paulinas editores, 2014.

SOUSA, Fonseca. *Etnografia de Angola - Entre a Pesquisa e o desenvolvimento de políticas culturais*. Luanda: Mayamba, 2012.

WATCH TOWER. *O Homem em Busca de Deus*. São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Biblias e Tratados, 1990.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Luanda: Tinta da China, 2011.

DADOS DE AUTORIA

Adriano dos Santos

Doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto; Mestre em Ensino da História de Angola pelo Instituto de Ciências da Educação (ISCED) de Luanda. E-mail: adossantos397@gmail.com